

A quem pertencem as crianças? Uma leitura do livro de Martine Segalen.

Fernanda Bittencourt Ribeiro.

Cita:

Fernanda Bittencourt Ribeiro (2014). *A quem pertencem as crianças? Uma leitura do livro de Martine Segalen*. *Estudos de Sociologia*, 19 (36).

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/fernanda.bittencourt.ribeiro/4>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/p8dr/G2R>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. *Acta Académica* fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A QUEM PERTENCEM AS CRIANÇAS? UMA LEITURA DO LIVRO DE MARTINE SEGALEN¹

*Fernanda Bittencourt RIBEIRO**

A quem pertencem as crianças? é a pergunta-título que orienta o recorte de Martine Segalen, nesta obra de síntese, em que as transformações recentes na família e no parentesco são lidas pelo viés da centralidade assumida pelas crianças. Com este fio condutor, a autora retoma conclusões da produção sócio-antropológica, sobretudo francesa, dos últimos vinte anos, e traça um panorama de transformações e de incertezas. Logo no primeiro parágrafo da introdução observa que até os anos 70 do século XX, esta pergunta sobre o pertencimento das crianças não faria nenhum sentido: “No modelo ocidental, desde o advento do cristianismo, as crianças tem um pai e uma mãe, ligados pelo casamento. Nascidos de seu sangue lhes pertencem sem partilha. Seres ainda em formação lhes devem obediência e respeito.” (SEGALEN, 2010, p.9). A partir de diversas evidências de que as bases deste modelo ideologicamente hegemônico estariam fortemente ameaçadas, a autora fixa o olhar nas crianças e conclui que atualmente elas representam um “concentrado de contradições” (SEGALEN, 2010, p.11).

Admitindo a multipropriedade das crianças, o parentesco no Ocidente estaria assemelhando-se ao das sociedades africanas e asiáticas, descritas pela etnologia. No entanto, surpreendentemente, o conteúdo deixa entrever que o atual estatuto das crianças como sujeitos de direitos, pode servir como freio a abertura do parentesco para além da consanguinidade e do casamento heterossexual.

O livro é composto de seis capítulos que seguem certa linearidade histórica partindo do final do século XVIII até a primeira década do século XXI, acompanhando as mudanças nas mentalidades. Quanto ao estatuto jurídico das

* PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre – RS – Brasil. 90619-900 - feribeiro@puccrs.br.

¹ Resenha da obra: SEGALEN, Martine. **À qui appartiennent les enfants?** Paris: Tallandier, 2010.

crianças – então incluídas no rol dos “sujeitos plenos de direitos” – um dado demográfico relevante para a análise é que o número de filhos diminuiu, e as crianças tornaram-se “personagens cada vez mais centrais em nossa sociedade.” (SEGALEN, 2010, p.73).

Os parágrafos a seguir não resumem o conteúdo de cada capítulo, mas, ressaltam seus aportes ao quadro de multipropriedade das crianças desenhado pela autora. Percebidas como da família, da nação, do casal, da mãe, do pai ou de si mesmas estas respostas não se excluem, mas serão mais ou menos dominantes, conforme a época e o contexto. As crianças, como seres genéricos são objeto de disputas e a pergunta sobre a quem pertencem, joga luz sobre paradoxos da sociedade complexa, moralidades hegemônicas e contra hegemônicas, sensibilidades em transformação, politização das relações familiares etc. Ou seja, a leitura deste livro sugere que se fala de muitas coisas, através do que se diz sobre as crianças.

No primeiro capítulo – Uma criança para a família – a autora situa-se nos modos de vida rurais e urbanos, retoma ideias dominantes do final do século XVIII à emergência do estado-providência e retraça uma profunda transformação no sentimento da infância. A diminuição do número de crianças e o encolhimento da família combinam-se com o incremento das instituições - médicas, educativas, de assistência - que delas se encarregam, visando assegurar-lhes o futuro. Em contraste com os últimos capítulos do livro, aqui, ressalta-se o lugar das crianças para a reprodução familiar no campo ou na fábrica, e os modos de tratamento que as representavam como seres a serem domesticados e corrigidos pela incontestada autoridade paterna e patronal.

No segundo capítulo – Uma criança para a nação o foco está na ação pública de um Estado que a partir da segunda metade do século XIX, ao se fazer médico, instrutor e moralizador, fabricará um olhar sobre a infância que vai transformar, profundamente, seu lugar na sociedade. Progressivamente, aos olhos do estado, suas necessidades vão sobrepor-se às de suas famílias. Em relação a este longo processo, a autora problematiza as abordagens focadas na denúncia dos processos de moralização dos pobres e de ingerência na família, mediante a afirmação de padrões burgueses de relação às crianças. Martine Segalen vai observar que a crítica ao controle social poderia ser nuançada pelo reconhecimento do mérito das ações públicas que resultaram, por exemplo, na diminuição da mortalidade infantil. Lá onde a bibliografia sociológica dos anos 70 só via ingerência do Estado, a história cultural colocará em relevo as transformações das sensibilidades, identificando uma nova consciência em relação ao corpo, inclusive ao corpo da criança que não poderá mais ser exposto ao trabalho, maltratado ou desnutrido.

No terceiro capítulo – Uma criança para o casal – o advento da psicanálise infantil e a contracepção moderna são elencados como fatores chave para uma transformação radical na relação com a criança a partir dos anos 70 do século XX. A criança é o filho desejado do casal e a contracepção, uma responsabilidade das mulheres que podem então planejar os nascimentos. A contracepção participa da conciliação entre maternidade e atividade profissional, ambas concebidas como importantes componentes da identidade feminina. Uma expressão da mudança na relação com a criança estaria no vivido da gravidez que passa a ser exibida e admirada ao mesmo tempo em que a tecnologia da ecografia torna a criança visível desde cedo. A criança desejada simboliza a consolidação do casal, mas não obriga seus genitores a permanecerem juntos. Afirma-se também a paternidade como prática afetiva e de íntimo contato com os filhos. A criança desejada pelo casal e reconhecida como um ser psíquico deverá ser ajudada pela família e pela escola a desenvolver seus potenciais. Pensada como um pequeno indivíduo autônomo, sua construção social inclui a produção de uma ampla cultura material de roupas, produtos de puericultura, brinquedos e espaços específicos. Resta, no entanto a pergunta: como educar as crianças? Para além dos dilemas entre escutá-las e compreendê-las sem fazê-las tiranas, a mudança na relação com as crianças e na percepção de suas necessidades é também produtora de instituições que, por sua vez, aplicam e produzem novos saberes sobre a infância.

No quarto capítulo – Uma criança para a mamãe uma criança para o papai – as separações e as recomposições familiares; a adoção e a procriação assistida ou ainda os arranjos encontrados pelos casais homossexuais formam o pano de fundo sobre o qual a autora confronta o desejo e o direito à criança, ao direito da criança a ter um pai e uma mãe. Neste ponto, a autora não esconde sua inquietação frente à amplitude das transformações na vida familiar relacionadas à disjunção entre sexualidade, procriação e filiação que complexificam a questão acerca da **propriedade da criança**. As incertezas genealógicas produzidas pelos múltiplos arranjos poderiam representar uma forma de risco para as crianças? Martine Segalen parece inclinada a pensar que sim. De famílias nucleares (*nucleaires*) à famílias não muito claras (*pas très claires*), o jogo de palavras corrente e identificado pela autora, aponta bem a moralização dos debates em torno da família, na sociedade francesa contemporânea.

O título do capítulo cinco – Os direitos das crianças – é indicativo da virada que o livro constata e problematiza. O capítulo é introduzido pela questão dos direitos das crianças frente às atribulações da vida conjugal de seus pais. Fica bastante visível que a autora tende a concordar com a grande cautela do estado francês no que diz respeito à inscrição genealógica das crianças. Frente às incertezas da família no século XXI, a segurança jurídica da filiação, que permitiria a cada um “construir sua identidade sobre os sólidos pilares de uma dupla filiação sexuada”

(SEGALEN, 2010, p.129) parece ser a preferência da autora. O direito a ter um pai e uma mãe figura então como uma espécie de limite aos desejos dos adultos e um desdobramento dos direitos das crianças face às transformações da conjugalidade. Em relação a esta criança sujeito de direitos recoloca-se a questão da autoridade parental: ora ela será socialmente criticada e julgada anacrônica; ora reconvocada em nome da responsabilidade educativa. A autora aborda a emergência da noção de *bientraitance* em paralelo com a de *maltraitance* que desde a década de 1990 vem expandindo-se e dando visibilidade às violências físicas, sexuais e psicológicas. Em relação às prescrições que se multiplicam, Martine Segalen parece dizer que as normas preconizadas correspondem a uma classe média que tem, ela mesma, muita dificuldade em colocá-las em prática. No entanto, o sofrimento tornado visível pela atenção social aos maus tratos não poderia ser ignorado. Na linha de interpretação dos historiadores citados no segundo capítulo, outra sensibilidade estaria deslocando a fronteira do tolerável na relação entre adultos e crianças e complexificando a relação pedagógica. Conjuguar simetria e responsabilidade educativa aparece neste capítulo como um enigma colocado pela **fase atual** dos direitos da criança.

O capítulo seis – Um mundo para a criança – aponta a contínua subdivisão da infância em curtas faixas etárias especificadas tanto pelos sistemas de guarda e educação formal quanto pela sociedade de consumo. Através de diferentes estudos, a autora vislumbra uma sociedade infantil com regras próprias e dificilmente acessível aos adultos, sobretudo em função da desenvoltura das crianças com os equipamentos eletrônicos. As festas de aniversário como lugares de aprendizagem de códigos culturais, os personagens, a televisão, os vídeo games, a decoração dos quartos, compõem cenários em que as crianças figuram como reféns. Diante do fascínio exercido por Barbies e Pokemons, os pais (inclusive as mães feministas) estariam impotentes, depois de terem empreendido todos os esforços para fazer dos filhos, indivíduos autônomos. Apesar de advertir que nem tudo é tão cinza neste quadro, prevalece no capítulo, um tom de inquietação com as possíveis derivas do excesso de tecnologia e da autonomia relacional que a mesma propiciaria às crianças. Se as **culturas jovens** não são novidades, o fato de que diante da tecnologia os jovens estejam mais bem colocados do que os adultos, seria sem precedentes. Junto com a tecnologia, os gostos musicais, as vestimentas, o lazer, separariam adultos e jovens. A conexão com o mundo concorrendo com as sociabilidades familiares e a infância tornando-se mais curta.

Em suas conclusões Martine Segalen ressalta que jamais o olhar do poder público esteve tão presente em nome da proteção das crianças. O controle da qualidade do que comem, as regras para sua segurança, os filtros parentais na internet são todos itens que visando protegê-las, acrescentam responsabilidades aos pais. Curioso observar que este acréscimo é concomitante a afirmação da criança

como ser autônomo. Colocando as sociedades ocidentais em perspectiva com outras culturas a autora põe em relevo o fato de que o fascínio pela consanguinidade faz com que ser pai e mãe no Ocidente signifique o acúmulo de funções: colocar no mundo, nutrir, educar, conferir uma identidade e garantir o acesso ao estatuto de adulto. Na leitura de Martine Segalen, a criança em perigo da sociedade ocidental é aquela do divórcio, das separações conjugais, das manipulações biológicas da procriação. A autora enfatiza que o debate está aberto e que muita preocupação é colocada no vazio ou incerteza da filiação. A criança perigosa por outro lado é aquela cujos pais não foram capazes de educar de acordo com os códigos em vigor. Cabe observar que estas duas figuras de criança colocam os pais em questão, mais do que a própria sociedade. A afirmação conclusiva é que na atualidade, mais do que nunca, a criança é do Estado que fala por ela através do juiz. Sem contestar o interesse deste pertencimento, a autora propõe uma renovada aliança do Estado com todas as famílias e a universalização da atenção à primeira infância.

O balanço ensejado pela pergunta sobre a quem pertencem às crianças traz questões e dilemas de sociedades que ultrapassam a fronteira do Ocidente, traçado de forma bastante restritiva pela autora. Logo no final da introdução ela adverte:

Deixando em segundo plano o estatuto das crianças no terceiro mundo ou nos países asiáticos em pleno desenvolvimento econômico (em parte à custa do trabalho das crianças), a discussão está centrada em nossas crianças contemporâneas, que, rapidamente, aos doze anos estão passando para o estágio de “jovens” (SEGALEN, 2010, p.18).

Diante desta delimitação, poderíamos perguntar se a discussão apresentada não deixa também em segundo plano, o caráter diverso das experiências de infância na Europa. Talvez a questão do pertencimento, focada a partir do estatuto ideológico hegemônico e das tensões em torno dele, produza esta clivagem que o livro não problematiza, entre crianças em perigo e todas as outras. Grosso modo existiriam os arranjos familiares que embaralham a filiação (e seriam, por isso, potencialmente de risco), as famílias sem meios de garantir uma correta educação das crianças e as demais, que apesar de nucleares, constituídas pelo casamento de um homem e uma mulher e com boas condições socioculturais estão confrontadas a uma mudança de *status* das crianças, que torna a responsabilidade educativa uma tarefa muito complexa.

Olhando **daqui pra lá**, ou seja, de fora das fronteiras do Ocidente adotadas pela autora pode-se, evidentemente, identificar muitas semelhanças entre crianças e famílias **de lá e daqui**. Em termos normativos e formais, elas partilham o mesmo estatuto ideológico preconizado pelo idioma dos direitos. No entanto, o

solo histórico e cultural sobre o qual a noção de sujeito internacional de direitos se traduzirá em práticas e perguntas, difere substancialmente. No Brasil, por exemplo, a família nuclear promovida pelas políticas sociais na Europa, ao longo do período abarcado no livro, nunca representou a experiência familiar da maioria. Nossas grandes distâncias de classe, a característica multiétnica da população, as diferenças regionais, a história da escravidão são alguns dos marcadores da diversidade que convidam a tomarmos o processo descrito neste livro, como um contraponto para a interpretação de nossas especificidades. Para além dos dilemas parentais e educativos, dos padrões de consumo, do empoderamento tecnológico, dos estereótipos de gênero identificáveis **lá** e **aqui**, perguntar pelas diferenças poderá talvez, fazer emergir a diversidade das infâncias e a participação ativa (mas não autônoma) das crianças nas diferentes configurações relacionais.

Recebido em: 12/02/2013.

Aprovado em: 18/09/2013.